

## O intérprete educacional: um assunto comunitário?

### The educational interpreter: a community subject?

Fernanda dos Santos Nogueira<sup>1</sup>  
Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, que se trata de um recorte de uma pesquisa intitulada “Intérprete Educacional Cosmopolita: práticas heterotópicas na relação com a comunidade surda”, problematizamos como o termo comunidade adjetivando a tradução/interpretação desenvolve possibilidades de compreensão nas relações entre o Intérprete Educacional (IE) e a comunidade surda. Foram entrevistados IE capixabas para dialogarmos sobre suas trajetórias, atuação como profissionais, as formas desenvolvidas para se relacionarem de algum modo com a comunidade. Também dialogamos com sujeitos surdos considerados referências na comunidade surda capixaba para discutirmos sobre como compreendem esse profissional na comunidade e se relacionam com ele. Para tal análise, trabalhamos com as noções de *comunidade*, *estranho* e *assunto comunitário* em Zygmunt Bauman, Alphonso Lingis e Gert Biesta. Partimos da hipótese de que a relação do IE com a comunidade surda cria efeitos que o coloca em outros fluxos quando sua atuação como profissional se coloca como assunto comunitário mesmo sendo institucionalizado.

**Palavras-chave:** Intérprete Educacional. Comunidade. Assunto Comunitário. Interpretação Comunitária.

**Abstract:** In this article, which is a section of a research entitled “Cosmopolitan Educational Interpreter: heterotopic practices in the relationship with the deaf”, we problematize how the term community adjectivizing translation/interpretation develops possibilities of understanding in the relations between the Educational Interpreter (EI) and the deaf community. We interviewed EI from Espírito Santo State to talk about their trajectories, their work as professionals, and the ways they have developed to somehow have a relationship with the community. We also dialogued with deaf individuals considered references in the deaf community of Espírito Santo to discuss how they understand this professional in the community and how their relationship is with him/her. For this analysis, we work with the notions of community, stranger and community subject in Zygmunt Bauman, Alphonso Lingis and Gert Biesta. We start from the hypothesis that the relationship between IE and the deaf community creates effects that place him/her in other flows when his/her performance as a professional is placed as a community subject even though it is institutionalized.

**Keywords:** Educational Interpreter. Community. Community Subject. Community Interpretation.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: [fernanda.nogueira.libras@gmail.com](mailto:fernanda.nogueira.libras@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística; Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: [lumatosvieiramachado@gmail.com](mailto:lumatosvieiramachado@gmail.com).

## O intérprete educacional como estranho: um assunto comunitário?

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vidente em si não o seja mais em si. (FOUCAULT, 2006, p. 180)

Ao iniciar esse artigo citando Foucault (2006) problematizamos a relação do Intérprete Educacional (IE) com a comunidade surda por meio de uma crítica radical, efetuando uma virada para a transformação, um ensaio para a mudança. Para isso, torna-se necessário desentocar o pensamento e ensaiar a mudança. Desentocar no sentido de sair de algo fechado ou isolado como uma toca a fim de se pensar de outro modo por meio do exercício do pensamento.

Problematizar nos permite não ficarmos eternamente na condição de assujeitamento, mas sim de estarmos sempre em movimento, não em busca de uma verdade, mas de um deslocamento constante no exercício do pensamento, não para algo estável, único, como uma âncora firmada em algum lugar, mas para enxergar outras possibilidades de se ver o mesmo. É por meio da crítica radical que emana nossa motivação para as análises desses efeitos.

Segundo Lopes e Fabris (2013),

Por crítica, entendemos uma forma de apreciação epistêmica e/ou epistemológica, estética ou moral sobre um tema, uma obra ou um acontecimento que se observa ou se analisa. Ela não é da ordem de um transcendente que paíre sobre uma dada realidade, mas provém das crises que fazem desencaixar elementos que constituem uma racionalidade; isto significa que ela não está na exterioridade da racionalidade de onde emerge. Por radical, entendemos uma base, um fundamento ou uma raiz que permite conhecer conjuntos de práticas que, articuladas, possibilitam a emergência daquilo que se observa ou se analisa. Por crítica radical, portanto, entendemos a busca, na raiz dos acontecimentos, as distintas condições de possibilidade daquilo que o determina. (LOPES; FABRIS, 2013, p. 13)

Fazer uma crítica radical está além da dicotomia do certo ou errado, melhor ou pior. É analisar um tema, acontecimento, por meio das “crises que fazem desencaixar elementos que constituem uma racionalidade” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 13). Os desencaixes são fundamentais para questionar acontecimentos e práticas “bem-encaixados” que, assim estando, não possibilitam olhar além do que está visível. É direcionar o olhar para as práticas, e que, analisando-as, possibilitará entender a emergência daquilo que se observa.

Sendo assim, o que pretendemos neste artigo, que se trata de um recorte de uma pesquisa de mestrado intitulada “Intérprete Educacional Cosmopolita: práticas heterotópicas na relação com a comunidade surda”, é problematizar a relação do IE com a comunidade surda, a partir

do difícil exercício da crítica radical, de como criamos efeitos para a atuação desse profissional. Neste momento, coloco “criamos” por entender que todos os envolvidos na área da língua de sinais, sejam surdo ou ouvinte, professor, IE, alunos e especialistas, criam sentidos que sustentam as práticas de condução deste profissional.

Para a realização desta pesquisa qualitativa, os princípios da entrevista não-estruturada foi a escolhida para o desenvolvimento da coleta. A entrevista não-estruturada não fixa as perguntas, visto que isso limitaria acessar áreas e temas dos entrevistados que não foram consideradas anteriormente. Portanto, iniciamos com uma pergunta disparadora e deixamos que os participantes narrassem suas experiências.

Como procedimento metodológico, fizemos entrevistas com dez sujeitos diferentes, sendo cinco ouvintes e cinco surdos, todos com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente autorizados. A quantidade de dez entrevistados, segundo alguns critérios, foi definida dada à divisão de cinco surdos e cinco não-surdos, entendendo que atenderia ao objetivo da pesquisa.

No caso da escolha dos participantes surdos, o critério foi o de todos serem evidenciados nos movimentos das associações e na área acadêmica no estado do Espírito Santo e estarem em alguns espaços onde a comunidade surda se encontra, tais como associações, escolas municipal, estadual, federal e de ensino privado. Alguns são professores atuantes em contratos de Designação Temporária (DT), concursados ou efetivos na instituição de ensino.

A escolha pelos intérpretes, se concentrou nos que atuam no contexto educacional nos níveis de ensino fundamental, médio e superior. O tempo variado em que possuem contato com a Libras e, conseqüentemente, com a comunidade surda foi outro critério escolhido. Dos cinco IE entrevistados, um é filho de surdos e outros com tempo de um, oito e 20 anos. Esse critério teve o objetivo de observar se o tempo em que usam a Libras e que tem contato com a comunidade surda cria outras formas de se relacionar com a comunidade.

As entrevistas, tanto com os IE quanto com os surdos, foram produzidas com duração em média de 40 (quarenta) minutos. Porém, esse tempo não foi definido de forma antecipada, entendendo que o processo de se narrar é sentido e produzido de formas diferentes por cada participante. Enfim, todas as narrativas foram gravadas, traduzidas, no caso das narrativas dos surdos em Libras, transcritas e, posteriormente, enviadas para cada entrevistado para a validação.

Fazer uma crítica radical ao sentido que a comunidade dá à atuação do IE não significa ser contra a um dos dois, muito menos ignorar ou subestimar os muitos movimentos por eles organizados. Não se trata de ter uma postura contra ou a favor, mas de buscar entender os efeitos

dessas relações com “um empreendimento de saber como e até que ponto seria possível pensar de outro modo” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 12). Segundo Veiga-Neto,

[...] como uma potência do pensamento que nos faculta filosofar e problematizar infinita e indefinidamente, essa crítica tem sempre presente que nenhuma questão tem resposta definida, definitiva e acabada e que até mesmo forçar respostas não é o melhor caminho. (VEIGA-NETO, 2011, p. 26)

Portanto, assumimos essa postura ao fazer a crítica radical para desentocar o pensamento e ensaiar a mudança, pensando de outro modo a relação do IE com a comunidade surda. Para isso, é importante compreender de que forma ele é considerado na comunidade.

### **Intérprete Educacional na Interpretação Comunitária**

A demanda por interpretação dialógica no âmbito comunitário surge em alguns países com imigrantes, que chegam com fluência apenas da sua língua materna, geralmente uma língua minoritária, de acordo com o país que os recebe. Em sendo assim, a partir da década de 80, pesquisas que focam nas interações dialógicas na interpretação surgem levando em consideração o aumento dos direitos de povos falantes de línguas minoritárias, que encontraram dificuldades em ter acesso a serviços públicos e em alcançar seus direitos, especificamente nas áreas educacional, jurídica e de saúde.

Pöchhacker (2004 *apud* Queiroz, 2011) sugere a diferença entre o intérprete intrassocial, também chamado de comunitário, e o de conferências. Para o autor, enquanto a atuação em conferências pelo intérprete indica uma interação multilateral, um-para-muitos e monológico, na interpretação intrassocial/comunitária a atuação é bilateral, diálogo face a face e dialógico. Outrossim, com essa especificidade, a Interpretação Comunitária emerge. Queiroz (2011), no diálogo com Pöchhacker (2004), pondera que

Pöchhacker (2004) sugere algumas diferenças do espectro conceitual da interpretação intrassocial e internacional. Interpretação comunitária, social, cultural, de ligação, ou ainda de serviço público são alguns dos termos usados para alcinhar a atividade dos intérpretes que atuam em interações de diálogos intrassociais, especialmente os que ocorrem em encontros em que os participantes negociam direitos e deveres (PÖCHHACKER, 2004 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 37).

De acordo com o conceito de interpretação comunitária, há uma interação bilateral, de forma dialógica face a face, na interpretação junto a uma comunidade. Essa interação dialógica, intrassocial, nos indica que a relação entre o profissional, na interpretação comunitária, possui um sentido diferenciado para com o sujeito surdo — no caso deste artigo — de forma que o

acesso aos serviços públicos contemple o usuário da língua de sinais durante seus processos nas áreas de educação, saúde e em contextos jurídicos.

Roberts (1998 *apud* QUEIROZ, 2011) apresenta alguns pontos importantes que justificam a Interpretação Comunitária, tais como:

[...] um intérprete comunitário se diferencia dos demais tipos de intérpretes porque: I) intérpretes comunitários servem primeiramente para assegurar o acesso a serviços públicos, e é então provável que seu trabalho esteja ligado a contextos institucionais; II) eles estão mais aptos para interpretar interações de diálogos do que discursos; III) rotineiramente interpretam “de” e “para” ambas ou mais línguas faladas no âmbito de trabalho; IV) a presença do intérprete fica muito mais evidente no processo de comunicação do que as interpretações de conferência; V) um número de línguas, sendo muitas delas línguas minoritárias, que não são a língua ou em nenhum país, são interpretadas no nível comunitário, diferentemente do número limitado de línguas falado em trâmites do comércio e diplomacia internacional feita por intermédio do intérprete acompanhante ou de conferência; e VI) o intérprete comunitário é frequentemente mencionado como um “advogado” ou “mediador” cultural, função esta que vai além do tradicional papel neutro do intérprete (ROBERTS, 1998 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 37).

Nota-se que umas das diferenças do intérprete comunitário dos demais é sua existência para assegurar o acesso a serviços públicos, e, por isso, é provável que estejam ligados a uma instituição. Em alguns países, os movimentos étnicos e migratórios impulsionaram o estabelecimento de leis para que o usuário, que não se comunica na língua oficial do país, tenha um intérprete para acesso a setores públicos.

No Brasil, em cenários jurídicos, o profissional que atuará como intérprete para não-falantes de português, em atividades legais e comerciais, por meio de um tradutor público comercial, é chamado também de tradutor juramentado. Além deste cenário de atuação, existe a do contexto médico-hospitalar, em que o intérprete é chamado de intérprete-médico. Ainda em outro contexto, com demanda por serviço de interpretação comunitária, é a educacional.

A presença de intérprete do par linguístico Libras-Português é mais destacada no contexto educacional aqui no Brasil. A interpretação em sala de aula ou em outros ambientes no contexto educacional coloca o IE constantemente em contato com o sujeito surdo, professores, demais alunos e funcionários da escola, o que naturalmente permite uma relação dialógica, face a face na mediação.

Compreende-se, portanto, que a atuação deste profissional para o acesso a serviços públicos de saúde, educação e jurídica é nomeado de intérprete comunitário, mas que o significado desse tipo de interpretação não está relacionado ao pertencimento ou a uma

comunidade. Seu significado está, enfim, em atuar para o acesso a serviços públicos em uma relação intrassocial.

No Reino Unido, a nomeação dada a esse tipo de interpretação é *Interpretação de Serviço Público*; no Canadá, de *Interpretação Cultural*; e, na Itália, *Mediatore (inter)culturale*. No Brasil, o termo utilizado é *Intérprete Comunitário*, e que, na sua maioria, atuam na área educacional, para que sujeitos surdos tenham acesso à educação básica e superior (QUEIROZ, 2011, p. 37).

A legislação brasileira, por colocar profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras-Português (TILSP) para atender nas áreas de educação, saúde e jurídica na realização de serviços públicos, alinha-se ao conceito do que é *interpretação comunitária*. Logo, automaticamente, a presença desse intérprete está dada como resposta a políticas educacionais direcionadas a esses sujeitos.

Entretanto, o significado de *interpretação comunitária* não necessariamente está atrelado ao seu pertencimento a uma comunidade. De acordo com os Estudos da Tradução, não é este contato que o adjetiva como *intérprete comunitário*, pois ele já está adjetivado, por prestar serviço público a comunidades minoritárias, sendo o mesmo processo para profissionais tradutores e intérpretes das línguas orais. Todavia, no seu processo de formação o profissional IE é motivado a ter contato e a pertencer à comunidade de sujeitos surdos. Assim nos perguntamos: quais os efeitos que o significado de *comunitário* adjetivando a interpretação cria nas relações entre o IE e a comunidade?

### **O estranho na comunidade**

No exercício da crítica radical e compreendermos o adjetivo *comunitário* aliada a interpretação, é fundamental entender a palavra *comunidade*. Segundo Vannucchi (2004), a palavra *comunidade* tem sua origem no Latim. No substantivo *comunidade* vem embutido o adjetivo *comum*, do Latim *communis*, formado pela preposição latina *cum* mais o substantivo *munus*, que, em latim e em português, significa: encargo, compromisso, dever, tarefa (VANNUCCHI, 2004, p. 19).

Para o autor Zygmunt Bauman, a *comunidade* é onde todos possuem um entendimento em comum, na “ausência do outro que é estranho” (BAUMAN, 2003, p. 104). Isso está relacionado a colocar sob suspeita o diferente que altera, prejudica ou ameaça a organização interna da comunidade, mantendo uma vigilância. Quando o outro, que é diferente, não se faz presente, causando surpresas desagradáveis, a suposta uniformidade não é ameaçada.

Ser membro da comunidade racional torna as pessoas representantes “do discurso comum” como “agentes racionais” (LINGIS 1994). Ou seja, o discurso possivelmente será o que é definido pela comunidade e como membro de tal, exige-se que a pessoa fale sobre ela e por ela. O que importa é o que é dito. Para Lingis (1994), é esperado que os da comunidade falem de acordo com as regras e princípios do discurso de onde estão.

Ser um membro da comunidade torna necessário que o agente racional esteja aberto a mudar suas visões e intuições para que não se prenda a observações por ele individualmente definidas, mas que tenha a disposição em transformá-las a partir do que lhe é familiar e apropriado à comunidade racional. Porém, como são identificados e nomeados os de fora da comunidade?

Biesta (2013), ao dialogar com Bauman considera uma lição importante: a de que em consequência do que é familiar, próprio, racional e apropriado, o *estranho* é produzido. Ou seja, enxergar o *estranho* é resultado do que vemos como familiar. Dessa forma, enfatizando que esse processo não é uma categoria natural e sim, uma produção (BIESTA, 2013, p. 86). Assim, para se entender o *estranho*, é fundamental relacionar seu significado às diferentes perspectivas de diferentes sujeitos na produção dos que possuem algo em comum. Em quais perspectivas podemos entender o *estranho*?

Na perspectiva dos ouvintes (não-surdos), o sujeito surdo pode ser lido socialmente como *estranho*. Contudo, na perspectiva da comunidade surda, podemos entender também que aqueles que não compartilham do mesmo discurso da comunidade, a partir da participação dos movimentos e lutas que favoreçam o respeito e a valorização da língua e dos direitos adquiridos, são considerados os de fora.

Pimenta (2017) se refere a esses de fora como os *não associáveis*, diferente dos associáveis na comunidade.

[...] todas as comunidades produzem seus estranhos, sejam eles membros não associáveis, como os ouvintes, ou mesmo os surdos que não sinalizam, por exemplo. Há uma desconfiança na comunidade em relação aos sujeitos que tentam se adentrar nesse lugar sem serem apresentados por um membro associável. Essa “desconfiança” é produzida a partir do incômodo com o não uso da LS por aqueles que procuram esse lugar (sendo ouvinte ou surdo oralizado). (PIMENTA, 2017 p. 49)

Assim, para a comunidade surda, os não-surdos tornam-se o *estranho* ou *não associáveis* quando não partilham dos mesmos interesses dela, sendo distantes e excluídos dos movimentos, o não familiar (PIMENTA, 2017 p. 49). Mas, qual seria esse distanciamento permanente?

No caso de filhos ouvintes de pais surdos, os Coda<sup>3</sup>, a aproximação sempre existiu, por estarem “dentro” da comunidade, conforme relatado pela IE, por fazer parte de uma família com vários membros surdos.

[...] como eu sou filha de pais surdos, pai, mãe, e meu pai tem uma irmã que é surda e tenho primos, parentes e tal, então essa questão de pertencer à comunidade sempre fez parte da vida da gente, e eu, pelo menos, cresci sem perceber que existiam duas comunidades, e é engraçado isso, no Letras/Libras, é que teve um dia que me deu um “click” e eu percebi que minha língua materna era Libras e que existia uma outra comunidade porque até então eu entendia que eu era pertencente ao mundo surdo e pertencia também ao mundo ouvinte, mas era tão comum pra mim estar nesses dois mundos, que eu nunca tinha parado pra pensar que eram dois mundos distintos pelo fato de entrar e sair deles várias vezes durante toda a minha vida, então transitar nos dois mundos não me fazia pensar que existiam duas línguas diferentes e que existiam duas comunidades diferentes. (INTÉRPRETE ANDRESSA)<sup>4</sup>

Como sempre estiveram compartilhando dos momentos que envolvem a comunidade surda, recorrentemente, a estranheza de um não-surdo Coda provavelmente não era identificada e destacada. O *algo em comum* com a aproximação familiar não necessariamente, neste momento, seria colocado como *estranho*, mas sim como familiar.

Vale ressaltar que o não-surdo, mesmo Coda, ocupa duas posições possíveis na comunidade surda, ora sendo *não-estranho* ou *associável* e ora sendo o *outro*, aquele que nada têm em comum. A condição da surdez ou não produz esses lugares que são móveis e ninguém ocupa um só lugar o tempo todo.

Mas, e o não-surdo que não tem algum familiar surdo, a sua aproximação é possível? Sobre essa possível aproximação, Pimenta (2017) destaca que

Há uma desconfiança na comunidade em relação aos sujeitos que tentam se adentrar nesse lugar sem serem apresentados por um membro associável. Essa “desconfiança” é produzida a partir do incômodo com o não uso da LS<sup>5</sup> por aqueles que procuram esse lugar (sendo ouvinte ou surdo oralizado). Tal incômodo é minimizado quando esses sujeitos são apresentados à comunidade por um “agente racional”, quando se comprometem em aprender a LS e a se identificar com os outros ali presentes. (PIMENTA, 2017, p. 48)

---

<sup>3</sup> Coda é a sigla para *Children Of Deaf Adults*, uma associação internacional. Nos anos 80, o acrônimo Coda (Child of Deaf Adults) ganhou popularidade, sobretudo pela fundação da organização internacional Children of Deaf Adults Inc. (CODA) que, sediada nos EUA, dedicou-se à promoção de temas relacionados às experiências de filhos ouvintes de pais surdos. Hoje, o termo coda, cunhado por Millie Brother, é empregado em diversos países, inclusive no Brasil e em Portugal. Disponível em: <https://culturasurda.net/2013/02/01/coda/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

<sup>4</sup> Os nomes de todos os participantes da pesquisa são fictícios.

<sup>5</sup> Língua de Sinais.

É possível, portanto, a esses que antes eram distantes, se aproximar e demonstrar interesse em conhecer e se associar a aqueles que possuem *algo em comum*, a comunidade surda, e que sejam aceitos nesse espaço. Não obstante, sua permanência ali os aproxima, ainda com limitações, visto que, por serem ouvintes, a experiência de serem surdos não é vivenciada, mesmo que ainda sejam capazes de falar sobre isso, como enfatizado pelos relatos do surdo e intérprete aqui entrevistados.

Primeiro, ele (o intérprete) não tem experiência de ser surdo. Não tem experiência de como é viver como surdo. Não tem a experiência das dificuldades de ser surdo. Não tem experiência de ter possibilidades de encontrar dificuldades, os problemas de pessoas que são surdas. Porque ele ouve. Ele não compreende o que é viver na surdez, no mundo sem som, sem audição. Porque é ouvinte. (SURDO LUIZ).

Eu não sinto a mesma coisa que eles e a experiência de um surdo e a percepção de mundo de um surdo e aquisição de qualquer informação é diferente da minha, então eu acho que eu não posso representar aquilo que eu realmente não senti, aquilo que a minha perspectiva com o mundo pode talvez atrapalhar alguma coisa. (INTÉRPRETE THIAGO).

A estranheza se mantém, mas não como os distantes da comunidade, porque é possível uma aproximação de interesse entre ambas as partes — a do surdo e não-surdos —, neste caso, do intérprete. O objetivo dessa aproximação, quando relacionada a atuar como profissional, por exemplo, é aceitável e incentivado por membro surdo da comunidade, principalmente se isso trará uma fluência no uso da Libras, conforme o relato a seguir:

[...] é importante ele ter contato com a comunidade surda porque ele precisa se apropriar. Porque o surdo não usa os sinais igual os ouvintes aprendem, é diferente. Com o contato todo dia ele se apropriará do jeito de ser surdo, da identidade, conhecerá a cultura surda, os sinais junto com a expressão, tudo junto entendendo o jeito de ser surdo. O surdo o verá e entenderá que está muito bem. Se ficar apenas no interesse pelos sinais, os surdos verão a interpretação e perceberão que não tem sentido, parecendo que não conhece a língua, a essência, faltando algo. No contato com a comunidade surda, a sinalização será própria do surdo. (SURDA MÁRCIA)

Então, podemos entender os IE nesse processo de entrada na comunidade, posto que se apropriam do discurso comum interno àquela, entendem e usam a Libras, compreendem a forma do sujeito surdo enxergar e lidar com o mundo e fazem parte dos movimentos em prol da segurança na comunidade surda.

Por isso, para entrar na comunidade, é preciso ter ligação. A comunidade precisa ver isso na pessoa. Isso parece um ritual. Em qualquer comunidade, isso ocorre, tem um território, não o conceito em geografia, mas virtual, simbólico. Na comunidade, uma pessoa chega e é avaliada. Ele é bem-vindo à comunidade? Ele fará o que nós também desejamos? Igualmente, na política. Se percebermos que não é uma boa pessoa, ele

não é bem-vindo. Se outra pessoa é alguém que ajuda, luta juntamente e defender a causa, tal pessoa entra para a comunidade. Mas, a comunidade é que decide sobre ele. Quem decide? Os surdos é que decidem sobre ele. (SURDO LUIZ)

O IE tem contato com a comunidade surda e pode vir a se tornar um membro dela. Nos seus locais de atuação, são identificados como o conhecedor da comunidade, seus anseios, movimentos, incômodos, e, quando solicitados de alguma maneira, posicionam-se e tornam-se repetidores de discursos convencionados na comunidade e fortalecem os movimentos internos a ela.

Como possível membro da comunidade, o intérprete reproduz também os anseios desta, despersonalizando suas próprias “visões e intuições” como sujeito ouvinte que tem “em comum” a utilização da língua de sinais.

### **O IE como *assunto comunitário***

Em Bauman (BAUMAN, 2003, p. 9), lemos que “a palavra comunidade soa como música aos nossos ouvidos”. Para o autor, essa indicação positiva se refere ao sentido que as pessoas têm sobre a comunidade como algo acalentador, de muita paz, sendo a solução das dificuldades vividas. Entretanto, mesmo com esse sentimento de segurança produzido pela comunidade, o seu estabelecimento pode estar atrelado à expectativa frustrada quando suas necessidades não são atendidas. Para tanto, o autor diz que

Esse Estado está sumindo de nossa vista. Esperar que o Estado, se chamado ou pressionado adequadamente, fará algo palpável para mitigar a insegurança da existência não é muito mais realista do que esperar o fim da seca por meio de uma dança da chuva. Parece cada vez mais claro que o conforto de uma existência segura precisa ser procurado por outros meios. (BAUMAN, 2003, p. 102)

Quando a comunidade não é suprida nas suas expectativas para uma vida com segurança, ela a procura através de outros meios. Essa busca, logo, ocorre a partir do momento em que aqueles que possuem algo em comum procuram o “conforto de uma existência segura” (BAUMAN, 2003, p. 102). Como resultado, a busca pelo local seguro tem como possível efeito o estabelecimento de uma comunidade, impulsionando os movimentos por ela organizados.

Nas tentativas de entender a diferença surda, argumentamos que ela não se dá no fato de o indivíduo ser surdo, mas de este viver em comunidade e compartilhar, com seus pares, uma língua visogestual, uma forma de viver e de organizar o tempo e o espaço; enfim, é entre sujeitos semelhantes de uma mesma comunidade que os surdos são capazes de se colocar dentro do discurso da diferença cultural. (LOPES 2011, p. 71)

Viver em comunidade e compartilhar o algo em comum é o resultado da procura por segurança, seja no sentido de lidar com os obstáculos em conviver com pessoas que não possuem *algo em comum*, seja no de ter seus direitos constituídos. Assim, os entrevistados relatam:

[...] tem várias comunidades em que eles mostram seu sofrimento, suas lutas, os seus obstáculos, sua política, a questão de ter um preconceito sobre eles, então, a comunidade que me dá o poder, me dá segurança, me dá o empoderamento para que eu possa mostrar aos demais as lutas e o que é que eu sou. (SURDO LUIZ)

[...] a comunidade surda pra mim hoje vem com um movimento de fortalecimento porque tem encontrado seu espaço e o momento que a gente atravessa, hoje, é um momento de fortalecimento, a questão do reconhecimento da língua e a formação desses surdos, hoje, sendo inseridos no mercado de trabalho e esse fortalecimento da comunidade. (INTÉRPRETE LACY)

Os movimentos militantes e ativistas tiveram como resultado o atendimento à comunidade ao se criar a legislação que garante direitos. A luta, de certa forma, é atendida e é considerada uma vitória para os que possuem *algo em comum*. Entretanto, quais as possíveis consequências que isso apresenta?

Em que pese a área educacional, percebemos uma luta por direitos coletivos que atendam às necessidades específicas da comunidade no que tange à educação. Logo, é nesse contexto que emerge a necessidade da pessoa que mediará a comunicação dos membros da comunidade com os de fora.

Meu primeiro momento foi na igreja e foi nos cultos semanais; e tinha um surdo. Surdos que chegavam não sabiam língua de sinais, e, na verdade, eu não sabia língua de sinais, eu só tinha curso técnico... Eu, naquela época, via mais como aprendizado e não me considerava intérprete nessa época da igreja... Agora, profissionalmente, foi quando eu assinei meu primeiro contrato: “agora eu sou responsável pelos meus atos” e minha formação precisa ter um embasamento. (INTÉRPRETE LILIAN)

Por meio de ações filantrópicas, voluntárias, as pessoas que tinham contato com o sujeito surdo se deslocavam de um ambiente de contato não profissional para outro, mas, agora institucionalizado, que considera o surdo como um sujeito de direito. Os anseios da comunidade são atendidos, garantindo o trabalho do tradutor e intérprete, e, especificamente na educação, do IE. Quais os possíveis efeitos disso?

Um deles é a precarização do trabalho do TILSP. Tomemos como exemplo a não valorização da formação em nível superior quando é exigido apenas o nível médio para atuação desse profissional, inclusive em Instituições de Ensino superior como acontece nas Instituições Federais em que os concursos para IE, na sua grande maioria, é em nível D mesmo tendo outro

cargo em nível E com exigência em curso superior, conforme o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-administrativos em Educação (PCCTAE)<sup>6</sup>. Seguindo essa mesma lógica de contratação estão os Municípios, Estados e Instituições Privadas.

Entretanto, em 2018 permanecendo no mesmo nível de desvalorização, o Governo Federal assina o Decreto nº 9.262 (BRASIL, 2018) que extingue 60,9 mil cargos efetivos e veta concursos, incluindo o de Tradutor e Intérprete que exige formação superior (nível E). Com esse Decreto é vetado os cargos de todos os tradutores, incluindo os que atuam com o par linguístico Libras-Português. Esse veto presidencial incentiva a terceirização e mantém o cargo de nível D com exigência apenas para o ensino médio.

Ainda segundo Bauman (2003), a busca e a defesa da segurança são uma questão do local, um *assunto comunitário*, posto que

A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada indivíduo. A “defesa do lugar”, vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um “assunto comunitário”. (BAUMAN, 2003, p. 102)

Este pensador considera que, quando os anseios da comunidade não são atendidos, a comunidade procura outros meios para que a “defesa do lugar” e a manutenção da segurança sejam um *assunto comunitário*. Logo, vale indagar: quando o IE é capturado a partir da noção de *assunto comunitário* que subjetividades outras são produzidas a partir de uma segurança ficcional?

Para a defesa do lugar da comunidade surda e a manutenção da segurança entre os que possuem *algo em comum*, é crível que o IE, como um *assunto comunitário*, tenha seu lugar na comunidade. Afinal, produz-se então um efeito da necessidade da aprovação do surdo para o IE atuar pois para esses sujeitos, a aprovação da instituição não tem o mesmo peso que a aprovação da comunidade surda.

A comunidade surda sempre lutou para que as diferenças fossem evidenciadas e respeitadas, e nas conquistas dessas lutas surge o profissional IE, quando a Libras é evidenciada no processo de tradução e interpretação. Entendida enquanto uma conquista, um possível efeito disso seja o de a comunidade regular a atuação do IE para que a segurança dos que possuem *algo em comum* não seja ameaçada. Portanto, de que forma, para manter essa segurança a comunidade possivelmente, regula a atuação do IE?

---

<sup>6</sup> A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

[...] o surdo também que vai me dar o feedback, se eu tenho ou não e vou colocar num parêntese de novo, a capacidade pra estar ali, e não que ele seja o dono da língua..., mas ele precisa estar inserido pra que os dois, o intérprete e o surdo, caminhem juntos para o processo de evolução. [...] hoje, eu não me sinto mais intimidada, até porque foi um surdo lá no passado que me deu esse respaldo e me aprovou. (INTÉRPRETE LACY)

Me aceitar como intérprete, me aceitar dentro da comunidade - e era como se eu dependesse da aceitação deles pra ser intérprete -, o surdo precisa olhar pra mim e ver que eu sou intérprete. (INTÉRPRETE LILIAN)

Logo, o intérprete se subjetiva como profissional a partir do instante em que o surdo o “aprova”, o “aceita”, e não, somente por uma qualificação institucionalizada. Enfim, ele continua se produzindo como *assunto comunitário*, embora seu trabalho passe a ser também responsabilidade de alguma instituição, que, possivelmente, diante disso, se distancia, por indicar que a comunidade regula a atuação desse profissional, não sendo necessário sua aproximação.

Aqui, a intérprete e a surda relatam uma outra posição na qual esse profissional é alocado, quando não tem formação na área da tradução e interpretação de Libras-Português, mas que ocupa o espaço em sala de aula como tal e cria uma outra relação com o aluno.

[...] foi uma troca de favores como a gente vê hoje por aí. Uma troca de favores, ah, é “eu te ensino e você me ensina”, e isso aconteceu de um modo, “eu te ensino língua portuguesa e você me ensina língua de sinais”; foi algo que aconteceu naturalmente. (INTÉRPRETE LACY)

[...] assim como o surdo vai ajudar na língua de sinais e o ouvinte vai ajudar no uso da Língua Portuguesa pelo surdo, então existe uma troca. É o aluno quem vai ajudar, por exemplo, o aluno surdo; ele pergunta qual o sinal e qual a palavra do sinal e o intérprete vai dizer qual o nome daquele sinal, então é uma troca, e, se o intérprete não conhece determinado sinal, é o aluno surdo que vai ajudar e isso acontece. (SURDA CARMEN)

A dependência da troca de conhecimentos entre aluno e profissional para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra coloca também sobre o aluno a responsabilidade pela atuação do intérprete e evidencia que as questões de formação e atuação não são priorizadas pelas Instituições que os contratam, de forma que o processo seletivo de profissionais atenda às expectativas na educação dos surdos. Essa preocupação é destacada nas falas dos surdos entrevistados quando, por exemplo, alegam:

Eu acho o seguinte: que acaba que a formação precária desse profissional, a Sedu e a prefeitura tá aceitando, e o surdo é prejudicado e acho que deveria ter uma banca, tipo formada por pessoas da UFES pra avaliar isso, porque a gente encontra hoje pela Sedu

intérprete que sabe falar só “oi” em Libras e tem curso básico, e isso é um absurdo, então é uma falta de respeito, tem que ter uma avaliação, e, como isso não acontece, a gente já pediu, já entrou com processo várias vezes e tem uma enrolação e a prefeitura faz, mas o estado não. (SURDO LUIZ)

[...] a mudança é a área de educação avaliar o intérprete antes de ele entrar. É importante. Após avaliação, se estiver ok, ele é admitido e atenda ao aluno. Sem avaliação, qualquer um é colocado e causa prejuízos ao aluno. (SURDA CARMEN)

Dessa perspectiva, quando surgem oportunidades em outras áreas que não seja a educacional e o deslocamento acontece sem problematizar a dinâmica de atuação naquele espaço, esse profissional possivelmente evidencia uma fragilidade do processo, como bem destaca a surda entrevistada:

[...] o intérprete que trabalha em escola fica sabendo de vagas para trabalhar no contexto político, governamental, por exemplo, ou no contexto jurídico que precisa de um intérprete naquele dia, daí o intérprete é alocado para lá, mas não conhece os sinais específicos da área. Não sabem como explicar as questões próprias dali. O que eu acho é que seria bom é que tivesse intérprete por área, exemplo, que tivesse cursos que trabalhassem os sinais específicos daquele contexto para que conheça os sinais certos daquele lugar. (SURDA MÁRCIA)

Mesmo em outros contextos de atuação, diferente da educacional, os intérpretes permanecem subjetivados a terem sua atuação conduzida, afinal destacamos aqui que quando o IE já está em uma instituição, seja contratado, seja aprovado em concurso, a necessidade da comunidade de regular sua atuação permanece. Eles são subjetivados pela necessidade de aprovação da comunidade não importa onde atue. Seu lugar na comunidade é sempre fugaz, e, por isso, capturados institucionalmente há uma despotencialização das lutas junto à categoria dos TILSP para melhores condições de trabalho, remuneração e formação por entender que “tê-lo” regulado pela comunidade, dando a “aprovação” e o “aceite” na atuação, já é o suficiente para manter a segurança dela.

É fundamental recordar que esse lugar é movediço. Uma hora está ali, outra já em outro lugar facilmente. Será que essa nova dinâmica ou situação mostra que a comunidade tem diante de si outras/novas lutas? Será a oportunidade de pensar outras pautas para a comunidade como formação do TILSP?

Com Bauman (2003), pode-se pensar que a comunidade é constituída e é um lugar de segurança, quando seus anseios não são atendidos institucionalmente. Entretanto, quando os anseios desta comunidade são atendidos institucionalmente, os movimentos e lutas precisam se reconfigurar, pois, diante disso, uma tendência é um possível esvaziamento da participação dos surdos nas lutas dos direitos das categorias dos TILSP, talvez por entender que a existência do

IE seja o suficiente para manter o acesso aos que necessitam, não se levando em consideração as demandas da categoria.

Ainda retomando o que Bauman (2003) fala sobre o *estranho*, é factível entender IE nesse processo de entrada e permanência na comunidade. Isso porque eles se apropriam do discurso comum interno a ela, entendem e usam a Libras, compreendem a forma do sujeito surdo enxergar e lidar com o mundo e fazem parte dos movimentos em prol da segurança na comunidade surda.

Todavia, ainda permanecem na condição de *estranhos* na qualidade da materialidade do corpo de ouvir ou não. Sendo assim, manter o IE como *assunto comunitário* é uma forma de conduzir o *estranho* para que ele permaneça no lugar que a comunidade definiu, mesmo quando é defendida por ela a necessidade da certificação para atuarem. Neste momento, o compromisso com a comunidade e sua permanência naquele espaço não é incentivado a deixar de existir.

O intérprete ele não deve ter apenas o certificado e a partir desse certificado atuar...ele tem que ter contato com a comunidade surda e tem que ter uma relação, seja no contexto religioso e em qualquer outro lugar, vizinho, amigo é importante que ele tenha esse contato. (SURDA CARMEN)

[...] ele precisa se formar e aí ter contato com a comunidade, porque, se ele não tem essa prática, ele vai perder isso. Então é importante que ele tenha contato, diálogo, as trocas na associação, em eventos, seminários, congressos, encontros, no trabalho é importante porque, se ele parar, ele vai perder tudo que ele aprendeu, ele vai esquecer. (INTÉRPRETE ALBERTO)

A partir dessa problematização, podemos retornar ao tipo de interpretação que o IE está inserido: a interpretação comunitária. A interpretação comunitária surgiu diante das novas necessidades sociais com o aumento do fluxo de imigrantes e de seus direitos constituídos para acesso a serviços públicos, mesmo não sendo fluentes na língua do país. Na definição de Roberts (ROBERTS, 1998 *apud* QUEIROZ, 2011), intérpretes comunitários

[...] servem primeiramente para assegurar o acesso a serviços públicos, e é então provável que seu trabalho esteja ligado a contextos institucionais;

[...] um número de línguas, sendo muitas delas línguas minoritárias, que não são a língua o em nenhum país, são interpretadas no nível comunitário, diferentemente do número limitado de línguas falado em trâmites do comércio e diplomacia internacional feita por intermédio do intérprete acompanhante ou de conferência. (ROBERTS, 1998 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 37)

Destarte, podemos observar que a definição coloca a interpretação comunitária ligada a contextos institucionais e, dessa forma, identificamos o IE, uma vez que é contratado por uma Instituição que nomeia o cargo, cria as vagas e os documentos oficiais institucionalizam o IE.

Entretanto, mesmo que seja institucionalizada a sua função, tendo até a legislação como base, tal profissional pode se manter como *assunto comunitário* quando possivelmente, subjetivado, sua aprovação e aceite são mantidos na comunidade; ainda com a formação institucionalizada, sua atuação é definida e regulada pela comunidade.

Neste ensejo, cabe indagar: a partir do momento em que o IE está no tipo da interpretação comunitária e a atuação dele continua sendo um *assunto comunitário*, quais os impactos desse lugar? Eis que, por consequência, a desvalorização é iminente pois não há avanços nas discussões das questões que envolvem a categoria dos tradutores e intérpretes que possuem impactos diretos no reconhecimento e valorização da atuação do IE.

Enfim, problematizar essas questões são importantes, não para deixarmos a comunidade ou procurarmos transformá-la em outra. O *estranho* e o *assunto comunitário* sempre existirão nas comunidades para a manutenção da segurança (mesmo que ficcional), diante da expectativa que se tem sobre os membros dela ou sobre os de fora. O ponto é o de que, a partir do momento em que o IE problematiza como sua relação com a comunidade é conduzida, ele procura outros modos de ser e atuar junto àquela.

### **Concluindo sem concluir de fato... pontos para novas reflexões**

Em nosso tempo, torna-se evidente que neste atual governo quando após o decreto que extingue o cargo, criam-se programas como o “Pátria Voluntária<sup>7</sup>” capitaneado pela primeira-dama, colocando o TILSP nesse lugar do voluntariado ao mesmo tempo em que vemos uma fetichização da Libras quando ela hoje está em alta e particularmente o trabalho do tradutor e intérprete. Hoje, o TILSP se torna, além de *assunto comunitário*, um assunto institucional.

Os efeitos disso são subjetividades TILSP produzidas a partir de uma ideia de segurança completamente ficcional. Trazemos aqui para dialogar conosco, Negri e Hardt (2014) a fim de problematizarmos as subjetividades produzidas na crise em que vivemos. Segundo os autores,

A hegemonia das finanças e dos bancos produziram o *endividado*. O controle das informações e das redes de comunicação criaram o *mediatizado*. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o *securitizado*. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha despolitizada: o *representado*. (NEGRI; HARDT, 2014, p. 21)

---

<sup>7</sup> Programa do Governo Federal que incentiva o engajamento e a participação dos brasileiros em atividades voluntárias por meio da Plataforma Nacional do Voluntariado. Disponível em <https://patriavoluntaria.org/pt-BR>. Acesso em: 30 set. 2021.

Ainda nesta esteira, a partir das práticas atuais onde ao mesmo tempo em que ocorre uma desvalorização e precarização do trabalho do TILSP, vemos sua ascensão nos espaços de poder dando uma visibilidade tal que até mesmo no discurso de posse do presidente em 2019, além do TILSP estar presente o tempo todo, a primeira-dama discursa em Língua de Sinais.

Tais práticas capturam os sujeitos produzindo o que Vieira-Machado e Oliveira (2021) vão denominar:

As nomeações dadas para modos específicos de subjetividade não são categorias estanques, mas coexistentes entre si. Argumentamos que, sendo (nós) TILSP uma invenção do nosso tempo, somos capturados pelo funcionamento da matriz de pensamento vigente e, desse modo, produzimos e somos produzidos na correlação de quatro subjetividades: (i) TILSP Endividado, (ii) TILSP Mediatizado, (iii) TILSP Securitizado e (iv) TILSP Representado. (VIEIRA-MACHADO; OLIVEIRA, 2021, p. 10, no prelo)

Portanto, a falsa segurança institucional nos coloca numa posição frágil e nos despotencializa para que outros modos de vida e de lutas venham a acontecer. Quando somos capturados pela proliferação discursiva da Libras nos espaços institucionais produzimos uma subjetividade securitizada a partir da mediatização. E por nos sentirmos representados, nos colocamos como endividados. Precisamos compreender como somos capturados e como as bordas são cada vez mais invisíveis quando nos embarçamos como *assunto comunitário* e como assunto institucional.

E a partir dessas subjetividades produzidas, há efeitos visíveis nos espaços de atuação. E assim, quando entendemos os sentidos de comunidade, *estranho*, *assunto comunitário*, e passamos a problematizar esses sentidos na relação do IE, percebemos outras possibilidades quando a interpretação é adjetivada como *comunitário*.

Esses apontamentos podem estar diretamente ligados ao significado que *comunitário* e *comunidade* carregam. Problematizar esses significados na relação do IE com a comunidade possibilita compreender como a prática desse profissional provavelmente é conduzida e motiva a pensar outro modo de se relacionar com ela que não deixe marcado a dependência da condução de uma comunidade, e em um lugar sem prestígio como profissional.

O conhecimento é um bem comum por excelência e a educação depende do acesso ao conhecimento, às ideias e à informação. Criar planos de acesso livre a esses bens é evidentemente um pré-requisito para qualquer ideia de educação como instituição do comum. (NEGRI; HARDT, 2014, p. 104)

Liberte-se! Revolte-se! Recuse! Rompa a estrutura! “Todavia, você só é capaz realmente de recusar e fugir quando reconhece seu poder” (NEGRI; HARDT, 2014, p. 60).

Portanto, pensar de outro modo a relação do IE com a comunidade surda poderá colocar o tradutor e intérprete em um lugar muito almejado pela categoria, como o de profissional tradutor e intérprete de um par linguístico.

## Referências

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Trad. Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 jan. 2018.

FOUCAULT, M. Est-il donc important de penser? *In*: FOUCAULT, M. **Dits et écrits IV** (1980-1988). Paris: Gallimard, 2006. p. 178-182.

LINGIS, A. **The Community of those who have nothing in common**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOPES, M.C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Declaração – isto não é um manifesto**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PIMENTA, B. M. **Encontros surdo-surdo(s) como espaço de produção de uma comunidade**: a potência do(s) encontro(s)-amizade(s). 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

QUEIROZ, M. **Interpretação Médica no Brasil**. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

VANNUCCHI, A. **A universidade comunitária**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VIEIRA-MACHADO L. M. C.; OLIVEIRA, C. P. **Como se chega a ser o que se é**: formação-experiência como atitude despossível na produção de subjetividades tilsp. 2021 (no prelo).

### **Sobre as autoras**

*Fernanda dos Santos Nogueira* (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8983-1123>)

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); mestra em Educação pela Ufes; bacharela em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); licenciada em Letras-Português pela Serravix e especialista em Educação Especial na perspectiva da Inclusão pela Ufes. É servidora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Vitória, onde atua como tradutora e intérprete de Libras-português e como coordenadora adjunta do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas.

*Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado* (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7385-6243>)

Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É professora do Departamento de Línguas e Letras, do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes.

Recebido em junho de 2021.

Aprovado em outubro de 2021.